

## **SOLENIIDADE DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO TJDF**

### **DISCURSO PROFERIDO PELO EMPOSSADO DESEMBARGADOR MILTON**

#### **SEBASTIÃO BARBOSA, EM 22 DE ABRIL DE 1974**

No Estado politicamente organizado a uma parcela cabe legislar, a outra executar e a outra julgar. Atividades que devem ser independentes e harmônicas entre si. Este é o conceito clássico, ensinado, repetido, repisado desde Montesquieu. É princípio cristalizado da democracia idealista.

No entanto, em virtude das mutações profundas sofridas pelo mundo, em virtude do progresso e conquistas inusitadas da humanidade, das incontroladas aspirações do homem nos mais variados campos, dos entrecosques e divergências cada vez mais acentuadas, em razão direta do acelerado super-povoamento do nosso mundo, dos problemas sociais cada vez mais complexos, do aparecimento de uma mentalidade competitiva, utilitária, cada vez mais acentuada, é de se ver, cristalinamente que este conceito haveria como haverá, ainda de sofrer também mutação, revisões radicais e aperfeiçoamentos que importem na objetiva finalidade de fazer com que o Estado atinja o seu escopo precípua: a conquista da paz, e da Justiça social, do bem coletivo; soma indiscutível de realização de justas aspirações individuais.

O Estado na ânsia de aperfeiçoamento, perplexo ante tanta divergência sempre incansavelmente procurou achar o seu verdadeiro caminho. Encontrado este, escolhida - com intenção inequívoca de aceitar - a opção decorrente do bom senso e do que melhor atende a comunidade, justo, indispensável e necessário seria que tomadas e adotadas fossem todas as providências no sentido da defesa daquele modo de vida que melhor - prática e objetivamente - atende aos anseios da alma coletiva.

Se, democracia é ensinar a todos de acordo com o mérito de cada um, a possibilidade de pacificamente realizar suas aspirações mais caras dentro de uma alta finalidade de harmonia coletiva, ao Estado Moderno sem dúvida alguma, cabe num primeiro e decisivo passo cercar de garantias esta possibilidade de desenvolvimento e progresso, decorrente do respeito ao homem da disciplina construtiva, do império da verdade. E quando, atividades egoísticas, sistemas inequivocamente contrários a moralidade pública, esquemas e figurinos caracteristicamente subversivos - embora com mansidão de carneiro escondam voracidade de lobo - procuram impor novos caminhos, comprovadamente já superados e de conseqüências malélicas, à sociedade

demonstrada no curso da vida da humanidade, aos que detém, neste ou naquele posto, parcela de responsabilidade pela condução dos interesses públicos, cabe - na mais expressiva demonstração de auto defesa da comunidade, na legítima providência de proteger, mais do que acautelar a paz social, utilizar das medidas - por mais dolorosas que possam a primeira vista parecer - visando sobrepor o bem coletivo aos minoritários anseios de paixões desavisadas e desagregadoras.

Neste passo, o conceito clássico de independência dos poderes do Estado dá lugar a interdependência estreita e harmônica deles. É o conceito de segurança do Estado, de segurança nacional passa a ter o seu primado natural. Segurança nacional para que haja paz, segurança nacional para que haja prosperidade, segurança nacional para ensejar o trabalho produtivo, segurança nacional para que os legisladores possam votar leis que visem o aperfeiçoamento social, segurança nacional para que os detentores do poder executivo possam atingir as finalidades do bem comum, segurança nacional para sustentar a segurança internacional, segurança nacional para que os juízes possam, com realismo, organizar a máquina judiciária e com serenidade distribuir justiça, eliminando ao máximo litígios individuais, punindo os que se distanciam da conduta social, construtiva e, des'arte, contribuindo para a felicidade geral.

Por tudo isto inspiração divina foi aquele que fez esculpir na nossa lei maior - o conceito de que a segurança nacional é da responsabilidade de todo o brasileiro. Mercê de Deus esta idéia, este conceito, está se inagando, cada vez mais, na alma popular e para mim constitui-se na causa maior do desenvolvimento e dos inequívocos e incontestáveis progressos da nação brasileira nesta última década.

Sem dúvida alguma, nos distanciamos no passado, a história nos mostra a cada passo a existência de homens que tanto fizeram pela grandeza pátria. É possível mesmo que - alguns possam ter sido até injustiçados ou mal compreendidos. No entanto, com o advento da paz nacional obtido pelo tratamento dado a objetivação da segurança e proteção da paz interna fácil é verificar que um novo ciclo de realidades positivas e esperanças promissoras na vida da história brasileira.

Por tudo isto, força é convir que, sobrepassando aos poderes clássicos, forçoso é reconhecer a necessidade da conscientização da existência de um Poder do Estado - unindo, integrando, justapondo e preponderando sobre o triple clássico. O exemplo do que em teologia chamamos de mistério da Santíssima Trindade o Pai, O Filho, o Espírito Santo - reunindo-se numa só entidade Deus, dentro da teoria Geral do Estado devemos reconhecer a existência de uma Santíssima Trindade necessária para que cada povo atinja os seu altos desígnios de alcançar o aperfeiçoamento

sonhado: Executivo, Legislativo e Judiciário - três entidades distintas formando uma só: O Poder Nacional.

Partindo deste pressuposto desaparece por completo a velha tendência de, por desígnios inconfessáveis se assoalha, se divulgue, a falsa noção de que este ou aquele Poder se deteriora se inferioriza, se dilue. Se o Poder do Estado se fortalece, se impõe ao respeito, se volta para o bem público, todos os demais estão fortalecidos, estão engrandecidos e se tornam respeitáveis. É representante máximo desse Poder é o Presidente da República, por isso mesmo chamado o Supremo Magistrado.

Ao assumir neste instante a Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais cômico estou dos deveres que me são impostos. Brasília, por ser a Capital da República, por ser pólo e aglutinação da alma nacional, por se constituir na unidade donde parte todo o comando da vida brasileira - local para onde todos os olhos não só do povo brasileiro, mas da comunidade internacional, se voltam, há-de ser exemplo, há-de ser motivação, há-de se diretriz, e há-de se orientação.

Quanto melhor organizarmos a vida da comunidade do Distrito Federal, quanto mais se der solução aos problemas desta cidade, que num milagre reflete a pujança do Brasil, a explodir de vitalidade e crescimento - mais estaremos dando aos nossos governantes maiores - os dirigentes da não - a tranqüilidade, a paz necessária, a segurança indispensável para que eles possam executar - serena, objetiva e paulatinamente o seu trabalho em prol da Pátria Comum.

Assim sendo o Poder Judiciário da Capital da República e dos Territórios, dentro de seu imenso largo círculo de atividades estará presente unindo atuante, colaborando e recebendo os ensinamentos que o aperfeiçoem com todos quantos, por dever de ofício ou por amor a causa pública, desejem o engrandecimento nacional. Os acontecimentos relevantes da vida mundial, no campo econômico, no político, no campo social, no campo intelectual e por que não dizê-lo na vida privada e mesmo restritíssima da vida familiar estão a demonstrar que cada vez mais todos precisam e dependem de todos. O diálogo construtivo, a intenção firme de resolver problemas que parecem insolúveis, o primado da verdade, a prática impessoal de ser justo, o respeito ao mérito com capacidade são caminhos certos para o sucesso de qualquer objetivo engrandecedor. Unido ao Governo do Distrito Federal e dos Territórios, às suas Secretarias, a Comissão do Distrito Federal no Senado, ao Ministério da República, máxime e o da Justiça, aos Tribunais Superiores, ao Ministério Público, a OAB, às Associações representantes das Classes - a cujos titulares nesta oportunidade rendemos o pleito da nossa confiança - e procurando dentro das nossas atribuições,

cumprir nossos deveres - certeza guardo que estaremos dando a melhor contribuição para que o honrado Presidente da República construa o grande Brasil por ele e por todos nós sonhado.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - o mais antigo de todos os Tribunais do Brasil - tem uma larga missão a cumprir. Mudando sua sede, que já foi Salvador, que já foi Rio de Janeiro para o Planalto Central, para Brasília - na implantação da nova Capital veio se defrontar com problemas os mais diversos.

Os anos da fundação e da consolidação da nova capital geraram necessidades que cumprem ainda ser solucionadas. Aí temos uma cidade de mais de 800.000 servida por pouquíssimos e dedicados magistrados. Para atender como prescinde precisamos de mais de 40 juízes. Aí temos a necessidade de se dar uma organização judiciária compatível com uma capital que tem peculiaridades notórias.

Aí temos a necessidade de implantar, não só nesta capital, como nos Territórios, uma máquina judiciária composta de servidores capacitados e dedicados recrutados através de um critério onde o mérito e a capacidade e a disciplina predominem. Aí temos a necessidade e, na nossa esfera e em comunhão com os altos interesses da nossa capital, de dar definitiva solução ao problema da chamada terras de Brasília. Aí temos a necessidade - eterno e sempre novo tema - de dar rapidez aos litígios judiciários para que haja confiança na Justiça. Aí temos a necessidade de valorizar cada vez mais a obra nascida do espírito dando justa retribuição às criações da inteligência, num mundo onde os valores materiais cada vez mais procuram se sobrepor aos valores espirituais.

Este problema precípua como é notório, mais do que nunca esta sendo sentido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo insígne Presidente da mais alta Corte, o Ministro Eloy da Rocha - que em discurso lapidar levantou a bandeira - e por esta figura inconfundível de Ministro voltado pra o povo que é Armando Falcão.

Ampla reforma judiciária se anuncia. Certamente não em relação a atividades dos dignos magistrados que compõem o Poder Judiciário em todos os quadrantes do País.

Certamente no que diz respeito a métodos, a eficiência, a modernização, a satisfação dos interesses do povo, em função do qual existe. E nesta fase, tanto o nosso, como qualquer Tribunal Brasileiro há de dar a melhor contribuição, concorrer com sua experiência, ensejar soluções para que o Poder Judiciário deste País seja uno e indivisível no sentido de atender a sua relevante missão de fortalecer o Poder do Estado. Que não haja privilégios para este ou aquele magistrado deste ou daquela unidade da federação, deste ou daquele Tribunal, para este ou aquele membro do Ministério

Público, deste ou daquele Estado. Que não haja diferenças no que tange as suas garantias. Que - se estabeleça uma hierarquia - não em relação à capacidade, grau de cultura e independência de cada um dos componentes do Poder Judiciário e do Ministério Público - requisitos estes são de cada personalidade - mas que da importância e dos limites da função exercida, seja esta, exemplificando, em São Paulo, na Guanabara, no Amazonas, no Piauí, ou no mais distante Território, tudo no sentido de se obter a efetiva, a necessária integração do Poder Judiciário como um todo, por isto mesmo capaz de atender as necessidades de um País que se afirma como potência desenvolvida dentro do mais alto sentido de unidade nacional.

Este é momento de agradecimento e saudações. Agradecer e saudar os dignos colegas - hoje pela palavra dos seus representantes o nobre Desembargador Helládio Toledo e o digno Magistrado Irajá Pimentel - pela 1ª Instância em palavras desvanecedoras demonstram a confiança na nova administração deste Tribunal.

Agradecer e saudar o Desembargador Presidente Cândido Cerqueira pelos sacrifícios, pelo magnífico trabalho, pela compreensão e humildade com que, nestes dois últimos anos soube manter - apesar de percalços do conhecimento de todos - manter vivo o espírito de amor à instituição. Sei que é difícil substituí-lo. Tudo porém farei para ser digno dos meus pares.

Agradecer e saudar o ilustre Desembargador Corregedor Leal Fagundes que após quatro anos exerceu profícua atividade na sua espinhosa missão. As incompreensões que possam ter havido, as divergências que possam ter existido, em termos jurídicos, nunca obscureceram, como pude demonstrar, o meu respeito pela suas intenções as mais puras e pelo seu amor à Magistratura.

Agradecer e saudar comovido as palavras do representante do Ministério Público e dos advogados.

Formado em 1943 até os idos de 53 somente advoguei. Posteriormente ingressei no Ministério Público do Distrito Federal, onde fui Defensor, Promotor, Curador e Subprocurador - oito anos sou magistrado. Sei dos anseios dos advogados, sei do amor do Ministério Público as causas da Justiça, da fidelidade de todos para que a Justiça no seu todo se aperfeiçoe. De todos eles recebi lições magníficas as quais hei de ser fiel. Não pode haver distribuição de Justiça eficiente sem o respeito às garantias e as funções destas instituições que com a Magistratura se constituem no sustentáculo da ordem jurídica. Saúdo a Suprema Corte e os Tribunais e Juízes, Superiores e dos Estados na esperança mais justa de que haja em prol de Nação, cada vez mais a união de todos em prol dos mais altos interesses da coletividade.

Saúdo o Poder Legislativo - e construtor das leis que devemos aplicar e respeitar.

Saúdo os representantes do Poder Executivo deste o seu mais alto dignatário até seu menor representante. E na oportunidade quando tanto nos honra a presença do ilustre Governador do Distrito Federal a ele em particular e a sua equipe - que inicia uma administração, saliento que por parte da Justiça da Capital do século jamais faltará a compreensão o esforço e a dedicação para a consecução comum que nos incumbe de elevar, engrandecer e cada vez tornar magnífica esta Brasília que faz o mundo admirar o Brasil. Como sua Excelência, ainda há pouco disse: sei que o trabalho não é punição. É santificação.

Saúdo nossos jurisdicionados. Daqui e dos distantes Territórios. Às Classes conservadoras empresariais e obreiras - alicerces da nossa grandeza.

Agradeço em seu nome e saúdo em nome do Tribunal a figura humana, justa, querida desta que foi o Juiz Pioneiro de Brasília - o Vice-Presidente e Corregedor Lúcio Batista Arantes. A ele e seus familiares o pleito da nossa administração. Unidos pela mesma causa, certeza tenho de harmônicos, compreensivos haveremos de ser digno da confiança que nos foi depositada. Certeza tenho que fiel ao espírito que inspira a gente de Goiás, onde o Brasil nascido em Salvador, renasceu com Brasília, Lúcio Batista Arantes - com seu trabalho, há de compor nesta administração um capítulo excepcional não só mercê da sua experiência, mas do seu amor aos Territórios Federais, aos seus problemas e aos seus anseios.

Num biênio em que as dificuldades que possam - no mundo social ou econômico ser óbice a nossa atividade - dificuldades estas não geradas no Brasil mais oriundas de além fronteiras - Lúcio Arantes será o grande colaborador para que nos possamos a elas sobrepôr.

Saúdo os homens da comunicação - a imprensa, os organismos radio-difusores e visuais, na esperança de que - num mundo cada vez cheio de perplexidade - compreendam a missão de que somos investidos e com seu grande Poder nos oriente no sentido do acerto e das soluções justas.

Saúdo, enfim, os obreiros e servidores desta Casa e que eles nos ajude a fazer com que a Justiça tenha nascimento em primeiro lugar da nossa casa com o reconhecimento do mérito e da dedicação dos que verdadeiramente querem construir a grande obra para qual todos nos empenhamos. Disciplina, trabalho são postulados indispensáveis a boa marcha de todo nosso trabalho.

Este é o momento de gratidão. Tivesse eu o dom de um Desembargador Duarte de Azevedo que ainda há pouco, quando da sua posse, nos brindou com uma oração feita de evocações e ternura, do amor e simplicidade, antológica página de realismo e beleza e talvez neste momento minhas palavras talvez tivessem um outro colorido. Sem o brilho que quizera dar quero evocar neste

instante a minha terra, a minha região distante. Andradas, a terra onde nasci, Punhal São João da Boa Vista - ajoelhadas ao pé da Serra como estão a orar pela grandeza do Brasil. Campinas, a velha São Paulo, Guanabara, Goiás - com Luziânia - locais onde aprendi a cada vez mais amar o Brasil, nas lições que recebi da sua gente. Quero evocar o meu pai querido, relembrar, agradecer e minha mãe dedicada. A minha esposa, meus filhos, meus irmãos e seres queridos. Evocando-os pedir a Deus para que suas orações se somem às minha neste momento de prece e esperança.

Senhores.

A missão de julgar é divina. Há desígnios divinos na escolha daqueles a quem cabe distribuir a justiça humana. Sei que esta é falha mas que se aperfeiçoa quando inspirada nos seus santos ensinamentos.

Por isso, afinal, acima de toda e qualquer invocação a suprema, a maior, a mais profunda é a que fazemos a Deus para que nos inspire, nos conduza, nos oriente, nos ilumine na condução dos superiores interesses da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Que nossa gestão - se não for válida pelo que possa ser feito, possa valer e se engrandecer pela nossa intenção, a mais sincera e mais pura, a mais autentica se servindo a Pátria - servir a Justiça.